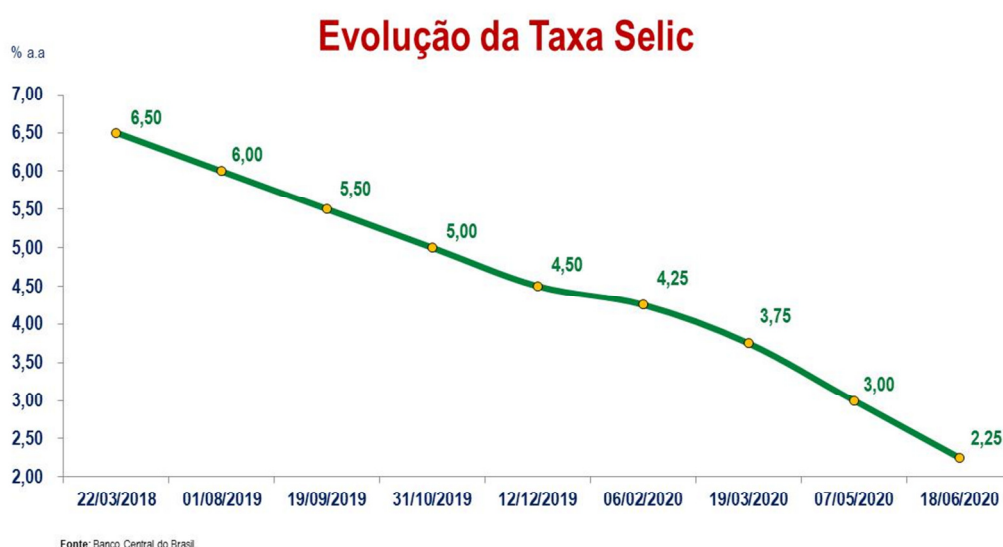


Copom reduz Taxa Selic para 2,25% a.a.

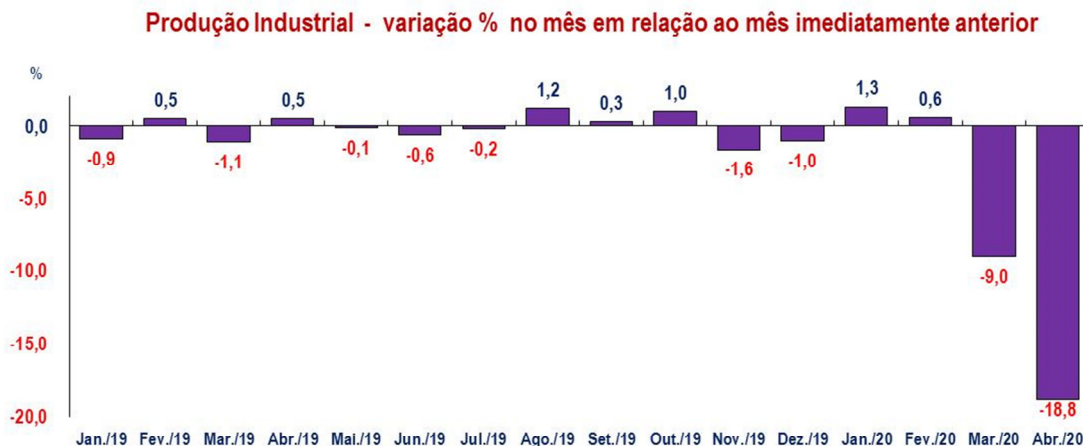
Diante da expressiva desaceleração das mais diversas atividades, da inflação reduzida, das constantes quedas nas estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2020 e do cenário ainda caracterizado pela incerteza em relação ao controle da pandemia provocada pelo COVID-19, o Comitê de Política Monetária – Copom – confirmou a expectativa do mercado e reduziu a taxa básica de juros (Selic) de 3,0% a.a. para 2,25% a.a., o que correspondeu a oitava queda consecutiva. Este é o menor patamar da Selic desde 1999, quando entrou em vigor o regime de metas para inflação. Para o Brasil, que já liderou o *ranking* de maior taxa de juros reais do mundo, o patamar atual ganha ainda mais relevância.



As mais diversas estimativas demonstram que a economia global registrará forte retração em 2020. Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – o PIB Mundial sofrerá queda de 6% se não acontecer uma segunda onda da pandemia no mundo. O recuo aguardado para o PIB nacional é de 7,4%, conforme a OCDE. Já a pesquisa Focus, realizada semanalmente pelo Banco Central, estima -6,51%. É importante ressaltar que quando a crise sanitária se instalou o País ainda estava em recuperação da forte crise observada no período 2015/2016. A aprovação da Reforma da Previdência em 2019, a inflação sobre controle, a expectativa da continuidade da agenda de reformas, o mercado de trabalho em ascensão e o baixo patamar da taxa de juros alimentavam a esperança, no início de 2020, de um crescimento superior a 2%. Mas o cenário foi totalmente alterado a partir da segunda quinzena de março.

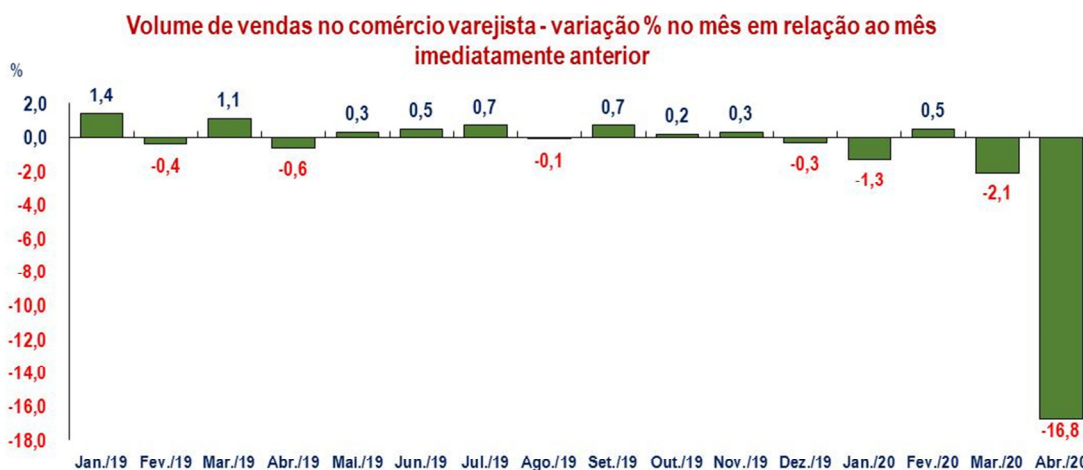
A recente divulgação de indicadores da indústria, comércio e serviços demonstra a força da queda das atividades em abril, primeiro mês completo das medidas de isolamento social adotadas para combater o avanço da Covid-19. A

Produção Industrial, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou queda de 18,8% neste mês, em relação a março. Foi o recuo mais intenso da indústria desde o início da série histórica da pesquisa, em 2002. Em dois meses (março e abril), a atividade acumulou contração de 26,1%.



Fonte: IBGE.

As vendas no Comércio Varejista retraíram 16,8% no quarto mês do ano na comparação com março, conforme pesquisa do IBGE. Foi o pior resultado desde o início da série histórica, em janeiro de 2000, e a segunda queda consecutiva do indicador, que acumulou uma perda de 18,6% em dois meses. A queda nas vendas no varejo alcançou todas as atividades pesquisadas. O maior recuo foi em Tecidos, vestuário e calçados (-60,6%), Livros, jornais, revistas e papelaria (-43,4%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-29,5%).

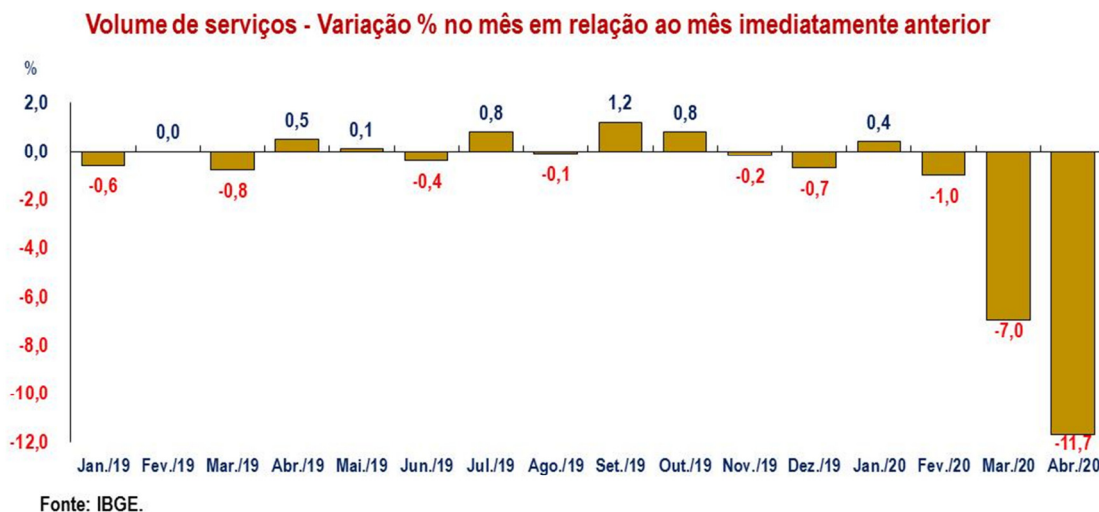


Fonte: IBGE.

Obs.: Valores considerando o ajuste sazonal

Já o setor de Serviços, também conforme pesquisa realizada pelo IBGE, registrou retração de 11,7% em abril, na comparação com março, resultado que reflete as medidas de isolamento social. Foi o terceiro recuo consecutivo e o mais forte da série histórica, que começou em janeiro de 2011. Todas as cinco

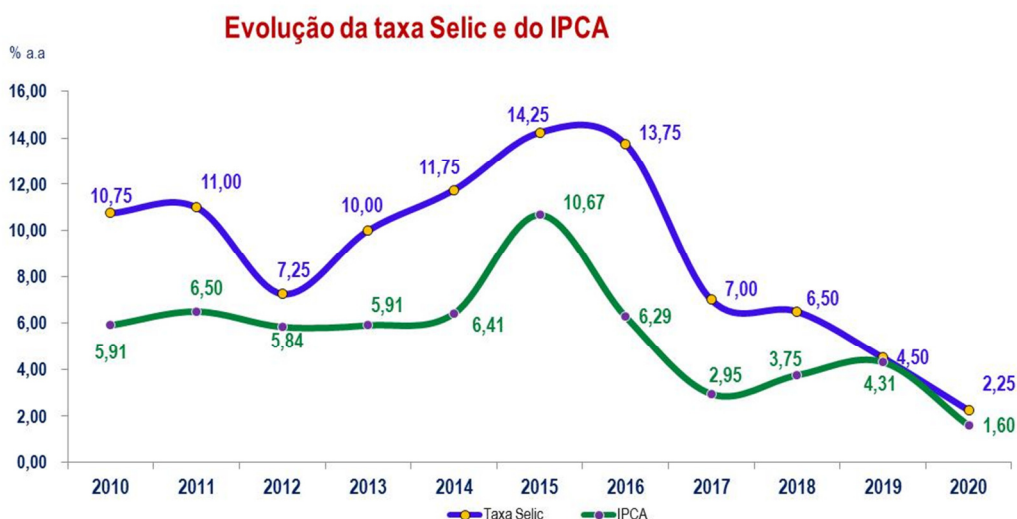
atividades pesquisadas apresentaram quedas, com destaque para transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-17,8%) e serviços prestados às famílias (-44,1%). Nas outras atividades, as retrações foram de 8,6% em serviços profissionais, administrativos e complementares, 3,6% em informação e comunicação e 7,4% em outros serviços.



Para alguns analistas os resultados dos mais diversos indicadores econômicos do mês de abril representam o fundo do poço da atividade econômica nacional. Para os meses seguintes (maio e junho) esperam-se quedas menos intensa com a reabertura de estabelecimentos em várias localidades. A questão que passa a ganhar destaque diz respeito à velocidade da recuperação. Enquanto a pandemia não for efetivamente controlada por um remédio eficaz ou por uma vacina, o processo de incerteza poderá continuar, postergando, então, o avanço da retomada.

Diante deste cenário, a inflação é um indicador que tem chamado a atenção por estar registrando patamares cada vez mais reduzidos. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – caiu dois meses consecutivos: -0,31% em abril e -0,38% em maio, acumulando, de janeiro a maio, queda de 0,16%. O centro da meta inflacionária para 2020 é de 4% podendo variar 1,5 ponto percentual para baixo (2,5%) ou para cima (6%). A pesquisa Focus projeta alta de 1,6% para o IPCA neste ano. Portanto, a inflação estimada para 2020 está bem inferior ao piso da meta prevista.

Neste ambiente, o Copom reduziu a taxa Selic. Importante ressaltar que a queda nos juros precisa chegar efetivamente nos empreendedores brasileiros que buscam recursos, via financiamento bancário, para atravessar os momentos de dificuldade provocados pela forte contração das atividades.



Fonte: Banco Central do Brasil e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 * Valores percentuais do IPCA referem-se à variação no ano e Taxa Selic refere-se a dezembro de cada ano.
 Obs.: Valores de 2020 referem-se às expectativas do Boletim Focus (dia 12/06/2020).

Além da queda dos indicadores econômicos, é preciso destacar a situação debilitada do mercado de trabalho. Conforme os dados da primeira edição da PNAD-COVID divulgada pelo IBGE, o contingente de pessoas desocupadas passou de 9,8 milhões, na semana de 3 a 9 de maio para 10,9 milhões, na semana de 24 a 30 de maio, uma variação de 10,8%.

Diante dos juros baixos, as aplicações financeiras mais tradicionais passam a apresentar ganhos ainda mais reduzidos. Isso significa que o mercado imobiliário poderá ganhar recursos de investidores em busca de segurança, lucratividade, estabilidade e bom retorno.

O Brasil vivencia um dos seus mais sérios desafios: superar uma crise de saúde provocada pela pandemia que tomou conta do mundo e recuperar a sua economia. Neste contexto, a Construção Civil merece destaque pela sua importante capacidade de gerar renda, emprego, impulsionar uma série de setores e movimentar a economia nacional. Por isso, a ampliação de investimentos públicos e privados deve fazer parte da agenda de reconstrução do País.